

Juízes e servidores reagem a pacote de austeridade no Rio

PROPOSTAS PARA AJUSTAR CONTAS PÚBLICAS incluem mais descontos na Previdência e impostos

O Judiciário reagiu à proposta de ajuste fiscal do governo do Rio de Janeiro, que, entre outras coisas, afetará a forma como são feitos os repasses de verbas do Executivo para Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, classificou ontem de inconstitucionais e absurdas as propostas de ajuste das contas públicas apresentadas pelo governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), na sexta-feira passada.

O pacote com 22 medidas visa reequilibrar as contas, mas com efeitos somente a partir de 2017. Entre as ações estão ampliação da contribuição previdenciária de servidores e aposentados, aumento de impostos, corte de secretarias e fim de programas sociais (confira quadro ao lado).

Carvalho se referia especificamente à proposta que modifica a forma do repasse do chamado duodécimo aos poderes, que é basicamente a verba mensal que o Executivo envia para o custeio de Judiciário, Legislativo e demais órgãos dos três poderes.

No pacote apresentado pelo governador há a proposta de que o duodécimo fosse calculado com base na receita líquida corrente do governo naquele mês e não na proposta de orçamento aprovada no início do ano. Isso resultaria em redução do valor repassado pelo Executivo aos demais poderes.

PEZÃO ACEITA POSSÍVEIS MUDANÇAS DO LEGISLATIVO

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro deu início à análise do pacote. As votações devem começar no próximo dia 16. Em entrevista à Globonews ontem, Pezão disse que o governo estadual não tem plano B, mas admitiu que as propostas podem ser revistas na Assembleia.

– Se aparecerem no parlamento outras medidas que não penalizem tanto a população, já que de bom grado – afirmou.

Ele disse que continua correndo atrás de receitas extraordinárias para fechar o rombo, que neste ano chega a R\$ 17,5 bilhões, mas criticou “juízes de primeira instância” que têm proferido decisões para arrestar recursos para



Funcionários públicos fizeram protesto em frente da Assembleia com intuito de impedir a aprovação de medidas

o pagamento do funcionalismo de outros poderes. Sem a implementação das medidas, o governo fluminense estima que o déficit chegará a R\$ 52 bilhões em dois anos. Pezão também afirmou que, sem o pacote, o Rio só conseguirá pagar sete meses de salário em 2017.

Associações de servidores públicos começaram a realizar protestos com intuito de evitar que o pacote seja aprovado. Não está descartada a ida à Justiça para impedir a entrada em vigor das propostas. A principal crítica dos funcionários é contra a medida que aumenta as alíquotas de contribuição previdenciária.

Para complicar a situação do governo estadual, ontem, a União bloqueou R\$ 170 milhões das contas do Rio por atraso no pagamento de parcelas da dívida entre abril e junho. Com a medida, o Rio fica impedido de realizar qualquer desembolso até que o valor devido à União seja quitado. A expectativa é de que isso ocorra ainda esta semana.

De acordo com a Secretaria de Fazenda do Rio, o impacto desse impedimento é imediato, mas não influencia as medidas anunciadas na última sexta-feira para redução de custos, já que a maioria delas é para 2017.

O QUE ESTÁ EM JOGO

Principais medidas do pacote de austeridade do governo fluminense

PREVIDÊNCIA

Aumento da contribuição de 11% para 14% para todos os servidores ativos e inativos. Por quatro quadrimestres, o governo quer cobrar alíquota extra de 16% dos que ganham mais de R\$ 5.189,82. Inativos que recebem abaixo desse valor passarão a ter desconto de 30% nos vencimentos.

Estimativa de economia:
R\$ 8 bilhões ao ano

IMPOSTOS

Alíquota maior do ICMS para energia, telecomunicações, cerveja e cigarro.

Estimativa de receita:
R\$ 1,4 bilhão ao ano

REAJUSTES

Aumentos acertados a servidores da área de segurança pública, bombeiros militares e auditores fiscais serão adiados para 2020. Os reajustes entrarão em vigor em 2016 e 2017.

Estimativa de economia:
R\$ 822 milhões em 2016 e de R\$ 2,4 bilhões em 2018

TRANSPORTES

A Assembleia analisará fixação de limite – de R\$ 150 por mês – para o subsídio dado pelo Estado a usuários

do Bilhete Único. O valor da tarifa deve subir de R\$ 6,50 para R\$ 7,50 a partir de janeiro.

Estimativa de economia:
R\$ 256 milhões ao ano

PROGRAMAS SOCIAIS

Fim do Aluguel Social, do Restaurante Cidadão e do Renda Melhor, voltados a pessoas de baixa renda.

Estimativa de economia:
R\$ 324,2 milhões ao ano

ESTADO MENOR

Número de secretarias será reduzido de 20 para 12, com diminuição de cargos comissionados e valor das gratificações. Também serão extintas fundações e autarquias.

Estimativa de economia:
R\$ 302 milhões ao ano

REPASSES

Proposta é alterar a forma de repasses de duodécimos para o Judiciário e à Assembleia, entre outros. Os valores seriam vinculados à receita corrente líquida em vez do orçamento previsto, que não leva em conta possível queda na receita.

Estimativa de economia:
R\$ 400 milhões ao ano